Diocese de Viana (MA): "um ponto vermelho no mapa dos órgãos de segurança" (1975-1980).

SÉRGIO RICARDO COUTINHO*

1. Introdução: a "volta à grande disciplina"

No final do pontificado do papa Paulo VI (1964-1978), percebia-se claramente a formação de certo consenso em torno da necessidade de impor uma disciplina maior no interior da Igreja, tanto no meio dos simples fiéis quanto junto aos principais responsáveis pela direção da Igreja. Havia já sinais de "decepção" em relação ao Concílio Vaticano II, encerrado em 1965.

Os sinais aparecem claros nos últimos discursos de Paulo VI. Assim, na homilia de 01/01/1978, no último ano de sua vida, ele, em crítica amarga e severa à sociedade, chamando-a de "sociedade dessacralizada, sem alma, sem amor". Na sua última alocução ao Colégio dos Cardeais em 23/06/1978, lembrava-lhes o "rigor doutrinal" e a função pastoral dos bispos e do papa de intervir para defender os fiéis de "deploráveis desvios" (LIBANIO, 2000: 161).

Assim, depois de sua morte, seu sucessor, João Paulo I (1912-1978) logo na sua primeira radiomensagem afirmava; "Queremos conservar intacta a grande disciplina da Igreja [...] para assegurar [...] a solidez e a estabilidade das estruturas jurídicas". Em uma mesma linha de continuidade, seu sucessor, João Paulo II (1978-2005), na primeira radiomensagem *Urbi et Orbi* insistia na fidelidade que "significa ainda observância da grande disciplina da Igreja", que tenderia a "garantir a justa ordem própria do Corpo Místico" e "regular a fisiológica articulação entre todos os membros que o formam." (LIBANIO, 2000: 163).

Dentre o conjunto das onze Igrejas locais diocesanas do Maranhão, que realizaram uma recepção "criativa" do Concílio Vaticano II[1], a Diocese de Viana (MA) foi uma das primeiras dioceses a entrar na "observância da grande disciplina da Igreja" alterando, assim, o *princípio de organização eclesial* que vinha sendo implantado: da *colegialidade episcopal* e *sinodalidade de base* de tipo "pós-convencional", para a volta do ordenamento *convencional* baseado no modelo

* Doutor em História; professor no Departamento de História das Faculdades Integradas UPIS de Brasília-DF.
[1] Esta comunicação toma por base nossa tese de doutorado: SANTOS, Sérgio Ricardo Coutinho dos. **"Verbalização do Sagrado" em tempos de fronteira: a recepção do Concílio Vaticano II no Maranhão, 1959-1979**. Universidade Federal de Goiás (UFG), Faculdade de História, Programa de Pós-graduação em História. Goiânia: 2015, 241 pp.

monárquico e da "virtude da obediência" (lei e ordem) (Habermas) pré-conciliares.[2]

Desta forma, após as "aberturas" do Concílio Vaticano II, iniciou-se um processo de "fechamento lento, seguro e gradual", parafraseando, às avessas, o projeto de governo do presidente Ernesto Geisel, e que, nos anos 1980 e 1990, passaria a ser a prática "normal" nas demais dioceses no Brasil.

2. A recepção do Vaticano II no sertão do Maranhão (1962-1975)

Como paróquia da Arquidiocese de São Luís, Viana, em outubro de 1962, incentivado por D. José Delgado, recebeu os educadores do MEB que iniciaram um curso de treze dias, com a colaboração dos jovens do município. Naquele mesmo ano, de passagem pelo Canadá, D. Antônio Fragoso, na época bispo-auxiliar de São Luís, foi apresentado à uma experiência pastoral inovadora e trazia para Viana a primeira equipe de missionárias leigas da AFI (*Auxiliares Femininas Internacionais*)[3], composta por uma socióloga e teóloga alemã, uma enfermeira belga e uma médica italiana: Maria Stuart, Guadalupe e Tereza. Depois chegariam Denise Caron e Gertrudes Pax. Elas foram as primeiras a colocarem Viana em sintonia com as novidades que nasciam do Concílio Vaticano II.

O pároco de Viana, Eider Furtado da Silva[4], anos mais tarde, reconheceria que a convivência com essas missionárias foi transformadora:

> *Até aquela época, eu era um sacerdote típico do interior. Não lia nada. Apenas jornais,*

---

[2] O sociólogo e filósofo alemão Jürgen Habermas desenvolve uma *teoria da aprendizagem evolucionária*, apoiando-se em diferentes estágios observáveis de desenvolvimento da consciência moral (pré-convencional, convencional e pós-convencional). Os princípios morais são, sobretudo, construções racionais do sujeito em *interação social*. A essência da moralidade reside no sentido de justiça e não tanto no respeito pelas normas sociais ou morais. Tem mais a ver com questões de igualdade e de reciprocidade nas relações humanas. Defendemos a tese de que a recepção do Concílio Vaticano II no Maranhão possibilitou uma melhor *capacidade de aprendizagem* dos *sujeitos agentes* (bispos, padres, religiosas e leigos(as)) na solução de problemas "sobre conflitos de ação moralmente relevantes". Estes agentes construíram novos vínculos sociais por meio de um novo *princípio de organização sócio-eclesial* suscitados pela onda de *aggiornamento* (renovação, atualização), trazida pelo Vaticano II.

[3] As *Auxiliares Femininas Internacionais* (AFI) foi uma fundação missionária belga, criada nos anos 1940 por Yvonne Poncelet e Solange Horne de Meten. Elas se dedicaram, desde o início, a viver de acordo com três princípios: amor verdadeiro, alegria constante e abnegação total. Assim criaram as "Auxiliares Leigas das Missões" e que, posteriormente, passaram a se chamar "Auxiliares Femininas Internacionais". Contavam em suas fileiras com assistentes sociais, enfermeiras, médicas, advogadas de diversas nacionalidades vindas, especialmente, da Bélgica, França, Itália, Estados Unidos e Canadá. As Auxiliares ajudavam na alfabetização de jovens e adultos, em harmonia com a cultura local, colocando-os em contato com o pensamento contemporâneo. (BIOGRAPHIE BELGE D'OUTRE-MER, t. VIII, 1998: 347)

[4] Natural de Barro Vermelho (MA) (27/01/1917). Ordenou-se em São Luís, em 21/12/1948, aos 32 anos. Incentivado por D. José de Medeiros Delgado e por D. Antonio Fragoso, começou a inovar o sistema pastoral da sua paróquia. As capelas rurais passaram a ser mais visitadas, possibilitando a criação de CEBs. Em Viana ajudou a criar a JAC (Juventude Agrária Católica) e em julho de 1970 assumiu a Coordenação de Pastoral Diocesana rural.

> *quando me chegavam às mãos, formulários de homilias e, vez por outra, recordava uma ou outra matéria vista no seminário. Foram essas missionárias da AFI, as responsáveis pelo meu despertar. Elas me emprestavam livros e sugeriam determinadas leituras. Tomei gosto pela leitura. Foi aí que passei a olhar o mundo e minha missão sob nova ótica.* (UBIALLI, 1977: 14).

Com a criação da Diocese de Viana (1962), seu primeiro bispo, D. Amleto de Angelis, seguiu a mesma prática usada pelos bispos-prelados das recém-criadas Prelazias do Maranhão (Pinheiro, Balsas e Candido Mendes): a *plantatio ecclesiae* (implantar a Igreja). Para isso agiu de forma *abertamente estratégica* (Jürgen Habermas). Acreditava na importância de "construir" estruturas físicas para levar à frente a missão pastoral. Para isso segue uma linha "desenvolvimentista-empreendedora". Com apenas quatro padres, privilegiou buscar recursos humanos e materiais na Europa. Comprou e reformou casas, abriu escolas no município, um centro social, fundou o Seminário e construiu um Convento para a chegada de uma comunidade religiosa feminina. Recorrendo ao programa de *Fidei donum* solicitou padres da Itália e da Polônia. Além destes, chegaram também padres catarinenses e outras mais leigas estrangeiras.

D. Angelis se tornou praticamente uma espécie de "senhor-benfeitor" de Viana, pois fez inúmeras construções, deu movimento ao banco, as serrarias, as olarias, carreteiros, emprestou dinheiro sem juros, construiu casas para os mais pobres e pagou os salários das professoras de várias escolas nos povoados e na cidade.

Um padre italiano, que chegou nesta onda, conta com que espírito vinha para ser missionário em Viana:

> *Cheguei com o entusiasmo de um missionário vindo para converter e fazer coisas novas num mundo tido como atrasado e pagão... Trazia na carne o ativismo idealista. Logo quis pregar seja em Viana que[r] em Matinha, causando assim tormento dos ouvintes, que nem ousavam, então, aquilo que disseram depois de vários anos: – Padre, sua fala estava muito atrapalhada, nós não entendíamos nada. – Assim a dominação cultural aumentava no meio do povo, já tão cheio de complexo de inferioridade. E eu achava de fazer bem e de ter toda a razão nas minhas atitudes, reforçadas inconscientemente pelos responsáveis da coordenação pastoral daquela época. Mandaram-me dar confissão e esmola a gente doente e pobre, no mesmo tempo. Que panelada.* (UBIALLI, 1977: 12)

D. Angelis adoeceu e retornou para a Itália, vindo a falecer em 1967. Ou seja, durante os quatro anos de bispado ele não colocou a Diocese de Viana nos passos do Vaticano II, se preocupando exclusivamente com as estruturas humanas e materiais da diocese.

Em 1969 foi nomeado para Viana o cearense D. Francisco Hélio Campos. Desde 1958, trabalhou como padre na Paróquia do Pirambu, em Fortaleza. Os pobres estavam concretamente

no centro do seu trabalho eclesial. Em janeiro de 1962, organizou uma grande marcha do Pirambu, reunindo uma multidão em direção ao centro da cidade de Fortaleza, reivindicando o acesso à terra e melhores condições de moradia e vida digna. Depois, em 1969, foi transferido para a paróquia de Mondubim, antes de ir para Viana.

Com ele, uma Igreja radicalmente *pós-convencional* se estabeleceu e a *Gaudium et Spes* foi sua inspiração. Dois objetivos vão guiar sua atuação pastoral: por uma Igreja *libertadora* e verdadeiramente "maranhense" (autóctone).

> *Nossa missão exige de nós a encarnação na realidade. Não podemos evangelizar se não* ***assumirmos as angústias e as esperanças do povo***.
> *Assumir as angústias e as esperanças do povo, não é substituir o povo na sua ação.* ***O povo deverá ser o agente de sua libertação***. *Nossa missão é conscientizá-lo. Levá-lo a ser ele mesmo e responsável pelo seu destino. Nós com ele naquilo que é nossa missão. [...]*
> *Nós estamos, portanto,* ***a serviço de um povo concreto****, numa realidade concreta, num local concreto, numa igreja concreta.* ***Que vimos fazer? O povo é que nos deve dizer o que quer que nós façamos****. Não é a congregação que nos vais dizer o que devemos fazer, mas o povo de Deus e neste povo de Deus. Há aqui um povo determinado – com sua cultura, mentalidade, com suas angústias e crenças, com os seus valores, desvalores.* (UBIALLI, 1977: 16-17. Os grifos são nossos)

Na Assembleia Diocesana de 1971, foi escolhido como prioridade pastoral o "Homem do Campo" como "primeira meta da evangelização". De fato, a situação social da diocese era uma das mais difíceis, mas não muito menos diferente do restante das demais prelazias-dioceses do Maranhão. Havia um médico para 100 mil pessoas; professores recebiam péssimos salários; grande número de jovens analfabetos, desempregados e vivendo em situação de miséria no campo; lavradores sem direitos e explorados em suas terras; na vida política imperava o "vergonhoso coronelismo interiorano"; sem estradas e isolados do restante do Estado. Por isso, ao término do Encontro, enviaram uma carta ao Presidente Médici "relatando a situação de marginalização do povo da diocese" (UBIALLI, 1977: 19-20).

Em 1973 a organização do trabalho pastoral se consolida. Para isso, foi elaborado um questionário com perguntas dirigidas às comunidades de base com a finalidade de não só trazer os problemas em que viviam, mas, sobretudo que tomassem consciência da real situação e buscar as soluções adequadas. Uma destas soluções foi fortalecer as chamadas "organizações de classe", tais como a União Operária, a Colônia de Pescadores e os Sindicatos Rurais.

O resultado imediato vai ser o aumento de conflitos com os grupos dominantes da região. Em carta dirigida ao Ministro da Justiça Armando Falcão, em 1974, D. Hélio Campos denunciou vigorosamente as violências e injustiças contra o povo de sua diocese.

> *Acabo de chegar de uma visita pastoral na área de Santa Luzia. Esta diocese tem sido palco, nestes últimos anos, de injustiças clamorosas contra pobres lavradores. O último fato: lugar – Jejú do município de Santa Luzia. Vítima – Januário Soares da Cruz, 59 anos, casado, 6 filhos, 15 anos no local. Agressor – Olinto da Costa, fazendeiro, chegado há pouco. Fato – Januário fora comprar remédio para sua esposa em Esperantina, onde reside Olinto Costa. Passando em frente à casa de Olinto, este o chamou e mandou entrar e sentar-se. Ao que obedeceu temeroso. Logo, Olinto da Costa aos gritos e ameaças humilhou-o. Este não querendo brigar, pediu licença e retirou-se. Ao virar as costas recebeu uma violenta pancada que o prostou. Então Olinto da Costa e dois dos seus pistoleiros treparam sobre Januário, surrando-o com as coronhas dos seus revólveres. Ainda agora estão as marcas na cabeça e no rosto de Januário. No momento trafegava um motorista, que, ao presenciar ao fato, meteu-se no meio. Arrebatou Januário das mãos daqueles terroristas e levou-o para Santa Luzia. Por não ter onde pô-lo depositou-o na delegacia de Polícia local. Imediatamente chega à delegacia o advogado do Sr. Olinto da Costa. A polícia apoderou-se da vítima, não permitindo que fosse levado para o hospital. O pároco sabendo do fato apressou-se em ir à delegacia e solicitar direito ao ferido de ir par o hospital. A polícia foi violenta com o sacerdote, expulsando-o de lá. O silêncio é a resposta – e o terror continua.* (UBIALLI, 1977: 41)

Por causa deste seu compromisso radical pela justiça, D. Hélio era acompanhado pelos órgãos de repressão do governo militar. Não temia por sua vida, falava diretamente com as autoridades em favor dos seus lavradores; entrava nas delegacias ou ia atrás dos carros de polícia para resgatar os que tinham sido presos injustamente. Enfim, estas atitudes deram a ele a fama de corajoso e solidário. Por isso, o povo o via como um "bispo de verdade".

> *Amigos meus do exército, SNI, Polícia federal informam-me: "seus passos estão seguidos. Todos os seus movimentos são acompanhados como suspeitos. Sua ficha completa é vermelha. De um momento para outro poderá ser preso e entregue à Segurança Nacional". A notícia não me atemoriza. Confio no Senhor. Enganam-se os perseguidores da Igreja em calar a minha voz. Ela nada é de tão fraca, tímida e pobre. Não é minha palavra que liberta. Mas o Cristo Libertador. A Palavra do* ***Pai que ressuscitando, venceu toda a escravidão****. Nunca aceitei escravidão. Sempre procurei viver a liberdade de Cristo. Luto por uma Igreja livre, tendo como único compromisso – a* ***Mensagem Libertadora do Evangelho****.* (UBIALLI, 1977: 21. Os grifos são do original)

Com o objetivo de formar seu próprio clero, com uma identidade maranhense e identificada com a "causa do povo", D. Hélio, inspirado nas *Fraternidades de Charles de Foucault*[5], funda também pequenas *Fraternidades* para a formação de seus seminaristas. Fundaram-se as Fraternidades de São José e de Nazaré, formadas por dez jovens cada, que frequentavam o ginásio e a escola normal da cidade. Em Santa Luzia iniciou-se a experiência com quatro jovens que tentaram estudar o Supletivo. Em 1971, D. Hélio apresentou ao clero diocesano a proposta da criação de um Instituto Filosófico-Teológico em Pindaré Mirim para a formação de

[5]A "Fraternidade dos Pequenos Irmãos de Jesus" foi fundada em 1933 pelo Padre René Voillaume (1905-2003), na qual a espiritualidade se inspira nos escritos deixados por Charles de Foucauld (1858-1916). Os irmãos fazem os votos de pobreza, castidade e de obediência à Igreja.

padres em vista de “um novo estilo de atuação pastoral”, conforme o projeto de “marchar para a construção da nossa Igreja Particular, tendo em vista a sua característica e autoctonia” (UBIALLI, 1977, p. 34-37). Em 23/01/1975, acometido por um câncer, D. Hélio Campos vem a falecer. Iniciou-se, assim, um período de muitos “conflitos de ação moral” internos à diocese.

D. Hélio Campos ficou fora da diocese por 4 meses em tratamento. Na sua ausência, deixou como Vigário Episcopal o Pe. Eider Furtado. Próximo da morte, ele enviou uma carta ao seu clero para permanecer unido frente às expectativas futuras que se abriam: “Nomeio vocês todos consultores, todos, somos poucos e assim não faz diferença com ninguém; depois de minha morte procedam à eleição do Vigário Capitular[6] segundo direito que é vosso. Mas prestem atenção que houveram muitas pressões contra mim para que eu renunciasse, seja por parte do Governo quer da Igreja mesma”.

Foi um alerta para prováveis “conspirações” ou “casuísmos” para colocar fim àquela experiência de “pastoral libertadora”. Pediu atenção especial para as ações do Núncio Apostólico, D. Carmine Rocco (1973-1982). Em outra carta, para o Pe. Eider, em setembro de 1974, D. Hélio deu suas impressões sobre aquele diplomata: “[...] caso de calamidade pública Carmine Rocco, o Núncio, que se julga ‘segundo Papa’, os Bispos crianças que necessitam de uma esmolinha que o seu prestígio de embaixador concede” (UBIALLI, 1977: 44 e 48).

3. D. Adalberto Paulo da Silva: o “pacificador da baixada maranhense” (1975-1980)

Um dia após a morte de D. Hélio Campos, abriu-se uma crise profunda na diocese. Os padres do Colégio de Consultores de Viana, agindo conforme o Cân. 432 §1º do Código Canônico de 1917, escolheram o Vigário Capitular para governar interinamente a diocese. O eleito foi o Pe. Eider Furtado. No mesmo dia a Ata foi enviada ao Núncio Apostólico, D. Carmine Rocco, ao Arcebispo de São Luís, D. João da Motta, e à CNBB.

No entanto, o Núncio Apostólico já tinha dado um encaminhamento diferente quase que simultaneamente à reunião do Colégio de Consultores. Um dia depois da reunião dos Consultores, o Arcebispo de São Luís foi comunicado por telefone, pelo próprio Núncio, que ele tinha sido nomeado Administrador diocesano de Viana. Tudo indica que o Núncio já tinha o decreto de nomeação antes mesmo da reunião do Colégio.

[6] No Código de Direito Canônico de 1917, Vigário Capitular era o nome dado para aquele que fica no lugar de um Bispo enquanto a sede diocesana ficava vacante. Depois o termo foi substituído por Administrador Diocesano.

Por pressão de civis e militares ligados ao governo, D. Carmine Rocco recorreu à uma brecha jurídica que se encontra no Cân. 431 §1º do Código de Direito Canônico de 1917: "Quando da Sé vacante, o governo diocesano recai sobre o Capítulo da Catedral, a menos que tenha um Administrador Apostólico ou **salvo disposição em contrário pela Santa Sé**" (*Sede vacante, nisi adfuerit Administrator Apostolicus vel aliter a Sancta Sede provisum fuerit, ad Capitulum ecclesiae cathedralis regimen dioecesis devolvitur*. Grifos nossos).

Durante o regime autoritário, segundo Sérgio Henrique Rodrigues, muitas vezes os militares tentaram intervir, através do embaixador brasileiro em Roma, nas nomeações de bispos brasileiros, procurando afastar a possibilidade de que algum "elemento da ala esquerdista do clero no Brasil" assumisse uma diocese e, assim, pusesse em "execução um plano de afastamento de sacerdotes anticomunistas" que combatiam a "infiltração comunista nas escolas e paróquias". (RODRIGUES, 2006: 74-75).

O embaixador e o Ministério das Relações Exteriores sentiam que era quase um dever católico alertar o Vaticano sobre os "prelados desviantes". A Secretaria de Estado brasileira pedia para que

> *a Santa Sé* ***dedique vigilante atenção à seleção do episcopado brasileiro, cuidando de que as dioceses e arquidioceses que venham a vagar sejam providas com prelados prudentes e firmes****, capazes de resistir à tentação da concorrência demagógica e de aliança tática com as força desagregadoras da ordem social.* (RODRIGUES, 2006: 81. Os grifos são nossos)

Havia, por parte do governo militar, um acompanhamento sobre a indicação dos Núncios Apostólicos para o Brasil. Em abril de 1969, trocou Dom Sebastiano Baggio (1964-1969) por Dom Umberto Mozzoni (1969-1973), que trabalhou no sentido de diminuir os conflitos entre a Igreja e o Estado. Quando o governo brasileiro concedeu *agrément* a D. Umberto Mozzoni, que naquele momento era Núncio na Argentina, a Secretaria escreveu às embaixadas brasileiras em Buenos Aires e no Vaticano pedindo informações sobre a sua personalidade e suas concepções quanto ao papel social da Igreja e do clero. O embaixador brasileiro na Argentina, Manoel Pio Corrêa, escreveu dizendo que D. Umberto Mozzoni era considerado "ardoroso adepto da denominada tendência conservadora", e que não escondia as suas reticências sobre as atividades dos "chamados progressistas".

Dom Umberto Mozzoni teria manifestado, várias vezes, sua preocupação sobre a situação da Igreja no Brasil, assinalando a necessidade de que bispos e sacerdotes se dedicassem à "vida espiritual de seus fiéis, evitando incentivar a subversão no campo eclesiástico, no social e no

político". Corrêa ouviu de D. Umberto Mozzoni que o papa encontrava-se profundamente preocupado com as posições extremadas que vinham assumindo parte do clero católico e dos leigos no mundo inteiro. O novo núncio afirmara ao embaixador brasileiro que o papa achava-se disposto a ouvir favoravelmente qualquer preocupação que lhe seja exprimida pelos embaixadores junto à Santa Sé acerca de atividades "imprudentes de prelados" (RODRIGUES, 2006: 88-90).

Em seu relatório global do ano de 1976, o embaixador brasileiro em Roma, Castello Branco, expôs ao ministro das Relações Exteriores de Geisel, Antônio Azeredo da Silveira, que as relações entre o Brasil e a Santa Sé no ano de 1976 diferenciaram-se dos dois ou três anos anteriores. Realmente, os últimos meses de 1975 e o ano de 1976 foram problemáticos para as relações do regime com o clero brasileiro[7]. Mas observou que era clara a intenção da Igreja de não ampliar os problemas e, sobretudo, que havia um empenho da parte do Vaticano em não derivar para o plano internacional os problemas referidos às ocorrências internas. Para o embaixador, esse comportamento deveu-se a diversos fatores. Dentre eles destacou a disposição ao diálogo do governo brasileiro com a Igreja a partir de 1974 e as "atribuições conciliadoras e negociadoras do núncio apostólico" Dom Carmine Rocco (RODRIGUES, 2006: 99-100).

De fato, "o calejado núncio dom Carmine Rocco" tinha uma grande capacidade em lhe dar com governos autoritários, pois era "[...] provado em longa carreira iniciada junto ao governo colaboracionista francês instalado por Vichy durante a II Guerra [...]". (*Revista Veja*, 19/10/1977: 54)

Sem dúvida que a Santa Sé, o governo brasileiro e D. Carmine Rocco "providenciaram de outro modo" a sucessão de Viana em direção à outro perfil de prelado e de eixo pastoral "menos subversivo" e mais *convencional*.

Os padres de Viana fizeram de tudo para bloquear a "conspiração": tentaram dialogar com D. Motta; escreveram uma carta ao Papa Paulo VI preocupados quanto a possível perda do projeto de "uma igreja verdadeiramente autóctone" e de uma "pastoral encarnada na realidade maranhense"; outra carta a todos os bispos da CNBB e ao povo de Viana esclarecendo as decisões do Núncio Apostólico em que lamentavam "o procedimento adotado e os jogos de poder aplicados neste fato".

[7] 25/10/1975, o jornalista Vladimir Herzog era assassinado pelo DOI-CODI de São Paulo; 09/1976, Dom Adriano Hypólito, bispo de Nova Iguaçu, foi sequestrado, espancado e pintado de vermelho por um comando anticomunista; 10/1976, assassinato do padre João Bosco Burnier em São Félix do Araguaia (MT).

Internamente, não havia tanto consenso assim. Desde o período de D. Hélio Campos, um grupo de padres catarinenses não estava gostando da pastoral e das ações do bispo. Durantes os *Encontros de Pastoral* o debate sempre foi muito intenso sobre isso. Quando da tomada de posição diante da nomeação do Administrador diocesano, criaram mais divisão e barreiras entre eles e outros agentes de pastoral. "Tentou-se no fim de não quebrar definitivamente a união e se pediu respeito para as diferentes posições". No final de tudo, não conseguiram reverter a situação de respeitar a decisão do Colégio de Consultores (UBIALLI, 1977: 53-54, 59).

Após bloquear as pretensões do clero de Viana, o segundo passo de D. Carmine Rocco foi a de nomear um bispo que cumprisse seu "papel social" (função na esfera religiosa) enquanto bispo, de manter a diocese dentro da "lei e da ordem" e dos princípios *convencionais* de "consciência moral" para desacelerar, assim, a *recepção* do Concílio Vaticano II. Para isso, nomeou Frei Adalberto Abílio Paulo da Silva, franciscano capuchinho residente no Convento de Fortaleza. Pelo menos em um aspecto D. Rocco aceitou o pedido dos padres de Viana: nomeou um maranhense.

Frei Adalberto nasceu no município de Loreto (MA), entrou para o Seminário dos Franciscanos Capuchinhos em 1950 e foi ordenado padre em 1956 em Carolina (MA). No dia de sua posse, 03/08/1975, em Viana, participaram o Núncio, D. Carmine Rocco, o governador do Estado do Maranhão, Nunes Freire, o General Florimar Campelo[8], escolhido como padrinho de sagração, D. Ungarelli, emérito de Pinheiro, além dos Arcebispos de São Luís e Fortaleza, do presidente da CNBB e dos bispos de Bacabal, Candido Mendes, Pinheiro, Carolina, Caxias, Brejo e Tianguá (CE). Um dos bispos participantes comentou: "Se soubesse que estava presente o General Campelo e o Governador, não tinha vindo" (UBIALLI, 1977: 62).

De fato, D. Adalberto tinha estreita relação com os militares. Em outubro de 1975, o Gen. Florimar Campelo chega à Viana com duzentos soldados. O bispo o recebeu no aeroporto e ficou reunido com ele por horas. O general depois declarou ao povo de Viana que "qualquer coisa procurar o Bispo". Naquele mesmo mês folhetos foram pregados nas portas das casas paroquiais e igrejas dos municípios de Matinha e Santa Luzia, pela noite, acusando de subversão muitos agentes de pastoral[9].

[8] Comandante do IVº Exército sediado em Recife (PE).
[9] Revelaria ele, mais tarde, a um órgão de imprensa: "Quando assumi a Diocese de Viana, ela era um ponto vermelho no mapa dos órgãos de segurança. Procurei logo apagar esta mancha." (*Revista Veja*, 02/12/1981).

A partir daí vão se iniciar uma série de "distúrbios comunicacionais" entre bispo, padres, religiosas e leigos, gerando *ações comunicativas* em sentido *fraco*, ou seja, ações marcadas pelo "caráter limitado dos acordos", que mantinham aparência de diálogo, mas eram práticas ora de *defesas estratégicas* de posição, ora de *manipulação* dos discursos (*comunicações sistematicamente deturpadas*) (HABERMAS, 2012: 573-574).

Por exemplo, logo pela tarde daquele dia da posse, aconteceu uma reunião dos agentes de pastoral com o Núncio Apostólico e o novo bispo que dá um pouco do tom destas *comunicações deturpadas*. O Núncio explicou que na questão do Administrador diocesano não houve intervenção nenhuma. Diante das perguntas dos presentes, respondia que não existiam problemas entre o Estado e a Igreja no Brasil e que o problema entre eleição do Vigário Capitular e nomeação do Administrador "foi só uma questão de horas e de correio".

Na primeira reunião de D. Adalberto com os leigos da diocese, acerca do papel que eles deviam desenvolver, surgiu o seguinte debate que revela bem o sentido *fraco* das comunicações:

> *Um dos presentes apresentou um exemplo: - "Se um pé pisa no meu eu fico esperando que o cara tire o pé ou vou tirar o meu pé debaixo?"*
> *O Bispo respondeu: - "Essa é violência". Então outro lhe disse: - "Mas se o sapato aperta o pé que está crescendo? De quem é a violência, do sapato ou do pé?" O Bispo respondeu: - "É interessante, mas não cabe a nossa situação".* (UBIALLI, 1977: 63)

Em setembro, dois camponeses são presos em Brejo dos Caboclos, município de Santa Luzia, em área conflitiva ligada à *Companhia Maranhense de Colonização* (COMARCO), por um conhecido sargento que há muito tempo acompanhava as ações dos agentes de pastoral de Viana. Os dois foram levados para o DOPS em São Luís e mantidos incomunicáveis. Sindicalistas foram até o encontro deles pensando que fosse problema de terras, mas voltaram de lá dizendo que era "problema de Igreja".

Um padre e um leigo procuraram o bispo e ele já estava ciente dos fatos mostrando uma fotocópia das identidades de cada um e o Boletim da paróquia intitulado "A Caminho da Libertação", exemplar este já com um carimbo do DOPS. A acusação era que os dois estavam distribuindo um boletim considerado subversivo. O padre e o leigo explicaram à D. Adalberto que o Boletim já estava no décimo número, que era distribuído em todas as comunidades de base no interior e na cidade, e inclusive o Delegado de polícia de Santa Luzia também os recebia. Os dois camponeses eram de um povoado que ainda estava em um início de formação de comunidade e

que tinham recebido aquele boletim pela primeira vez. D. Adalberto pediu que escrevessem tudo aquilo e foram até ao DOPS em São Luís para dar esclarecimentos.

Ao ver o bispo, o diretor do DOPS disse ao prefeito de Viana: "Um dos nossos". Segundo o DOPS, o Boletim era subversivo porque a palavra "libertação" era ambígua e o desenho na capa ("correntes quebradas") induzia o povo à revolta. Daí seguiu-se um diálogo entre o Bispo, o padre e o responsável pelo DOPS:

> *Padre: - A questão é que o Sargento Monteiro gosta de criar caso com a paróquia, foi ele, no passado, que roubou o mimeógrafo, que nunca foi devolvido.*
> *Bispo: - Roubar não é palavra exata.*
> *Padre: - É. Entrar pela janela, sem apresentar ordem de prisão do objeto é roubar.*
> *DOPS: - O Sr. sabe que no Brasil tem um Governo autoritário; como estrangeiro ou o aceita, ou podemos expulsá-lo.*
> *Padre: - Sei disso.*
> *Bispo: - Não se preocupem, de agora em diante avisaremos os senhores de tudo o que se passar na área de Santa Luzia. O boletim sairá sem a palavra "libertação" e só com problemas de Igreja.* (UBIALLI, 1977: 63-64)

Outro fato interessante, que revela a "consciência histórica" de D. Adalberto, em ruptura com os princípios da *Gaudium et Spes* e de um projeto de *libertação,* e em defesa da volta dos princípios *convencionais* da "teologia dos dois reinos", acontece durante a Assembleia Diocesana de Leigos em dezembro de 1975. No começo da reunião falaram os leigos de Santa Luzia. D. Adalberto fez inúmeras perguntas questionando o trabalho que desenvolviam naquela paróquia. Daí surge mais um debate:

> *Assembleia: - Gostaríamos de ter uma explicação sua de o que é religião.*
> *Bispo: - Aqui saíram muitas ideias tolas, muitas besteiras. Se eu fosse fazer uma escolha entre vocês para ver quem é por dentro mesmo da religião, talvez encontraria duas ou três pessoas. Não basta ser evangelizado, mas catequizado.*
> *Esse negócio de deixarem as comunidades descobrirem os problemas correrá muito devagar com o risco de se unilateralizar.*
> ***O Homem é composto de alma e de corpo, a ordem espiritual compete à Igreja, a ordem temporal compete ao Poder Temporal. A Igreja não tem poder temporal. A missão da Igreja é vida sacramental – orientação do homem aos bens de sua alma***.
> *Viana, até alguns tempos atrás, Matinha, Santa Luzia, São Vicente Ferrer, são paróquias efervescentes que criam agressividade, prejudicando o próprio povo e também o próprio sistema governamental do país. É besteira dizer que se pode, em nome do Evangelho, levar o povo a uma situação para melhor e a uma exigência dos próprios direitos.* ***Libertação para trazer a felicidade terrena não é da Igreja e sim do Poder Temporal***.
> *Assembleia: - Então para o Sr. não é suficiente tirar luzes do Evangelho?*
> *Bispo: - Não, é preciso conhecer e entender também os dogmas da Igreja. A culpa é dos padres que ficaram apegados somente ao Evangelho sem se importar das outras coisas.* (UBIALLI, 1977: 67-68. Os grifos são nossos)

Resultado deste debate: uma longa e dura carta dos leigos contra D. Alberto, pois se sentiram "fortemente humilhados e desvalorizados". Em resposta, D. Adalberto extingue a *Equipe*

de Coordenação de Pastoral dos Leigos, e todas as atividades e setores da diocese ficariam ligados à *Secretaria da Diocese*.

As tensões só aumentavam. Durante a Assembleia Diocesana de 1976, D. Adalberto pediu ao Pe. Eider Furtado e ao Pe. Odilo Erhardt justificativas de suas ausências, e de outros leigos, no primeiro dia de reunião. Pe. Cláudio Bergamaschi alegou ter havido uma "inquisição da polícia" no dia 6/12 em suas Paróquias e "com medo de implicar os leigos, não os trouxe". Em torno destas justificativas, levantaram-se duas suspeitas: uma sobre a pessoa de D. Adalberto e outra sobre a Secretaria diocesana "de estarem fornecendo informações sobre nomes e endereços de leigos que foram visitados e interrogados por elementos do Exército". D. Adalberto disse que nem ele nem a Secretaria tinham qualquer vínculo com aquela acusação e pediu à Assembleia um posicionamento sobre o assunto: "trinta e dois (32) membros [de 47 presentes] foram solidários ao Bispo, e um destes disse que, se quisermos trabalhar em união com a Igreja, precisamos ser uma família, cujo pai é o Bispo, que deve ser respeitado".

Pe. Cláudio explicou que foi apenas uma suspeita. Pe. Eider se alegrava em saber que D. Adalberto não sabia de nada, mas acreditava que "pelas informações, só tem que ser gente de muito dentro da Diocese". Pe. Ivo Nicolau Scheid se colocou em defesa dos leigos e disse que "não se pode levantar suspeitas sobre leigos de confiança". Daí se perguntou ao bispo se ele concordava haver ou não em Viana "movimento subversivo": "Ele respondeu que não podia dar uma resposta, por não ter provas concretas".

Mais adiante, D. Adalberto quis explicar alguns fatos, e esclarecer as expressões "padres expulsos", "mandados embora", "padre visitante". Deu explicação para cada um dos casos que envolviam o desligamento de padres da Diocese. Pediu que a Assembleia ratificasse o que se tinha explicado e decidisse por votação, "que de uma vez por todas se acabe com esta questão". E finalizava:

> *Nenhum padre foi expulso ou mandado embora da Diocese. [...]*
> *Recebeu os pedidos para sair e aceitou.*
> *Não segura ninguém. Qualquer Padre ou religiosa que queira deixar a Diocese pode ir embora.*
> *O Bispo pediu mais uma vez que se acabe com este abuso por parte de alguns Padres, que demonstram sua animosidade contra sua pessoa.*

Pe. Cláudio pediu que a votação só fosse feita após D. Adalberto apresentasse todas as cartas e pedidos de saída daqueles padres daí, o Pe. Frei Venceslau Wallerus, OFM, de Fortaleza e assessor do Regional Nordeste I da CNBB, que estava lá para apresentar o tema central da reunião

("Diretrizes Gerais da Ação Pastoral"), interviu "lembrando a todos sobre a inviolabilidade da correspondência, e que o Bispo, no caso, não tem o dever se mostrar as cartas para ninguém".

Foi feita a votação. O resultado foi dos 45 votantes, naquele momento, 30 votos favoráveis à D. Adalberto, 15 votos em branco e nenhum contrário (!) (CDI-CNBB, doc. nº 10505, 1976: 1-5). Chegava ao fim qualquer possibilidade de consensos na diocese de Viana.

A partir daí, a fama de D. Adalberto se expandiu e ficou conhecido como o "pacificador da baixada Maranhense"[10]. Os jornais da época vão acompanhar e noticiar seus feitos:

> *A intermediação de dom Carmine [Rocco], porém, conduziu as nomeações [de bispos] consideradas desastrosas, como a do conservador dom Adalberto Abílio Paulo da Silva, bispo de Viana (MA). Sagrado em agosto de 1975, dom Adalberto se afastou tanto de seus colegas da CNBB como afugentou a quase totalidade dos padres e religiosos de sua diocese. No mês passado, em depoimento diante da CPI do sistema fundiário, ele chegou a preconizar a aplicação do AI-5, condenado pela CNBB, para resolver o problema de terras no Maranhão [...]*. (*Revista Veja*, 19/10/1977: 54)

> *As ideias de dom Adalberto frequentemente desagradam outros bispos, inclusive alguns moderados. "Vivemos num regime autoritário, e eu sou a favor. O estado de direito, se voltar, trará novamente a bagunça e a agitação, e aí quero ver esses padres protestarem. Eles fazem uma pastoral filtrada de ideias marxistas, contestam a hierarquia da Igreja, só se preocupam com os posseiros e odeiam os ricos. Mas a Igreja é de todos, e não tem que se meter nesses assuntos, que são da alçada do poder temporal." [...]*
> *Na CPI de terras da Câmara Federal, o bispo de Viana propôs o uso do AI-5 para solucionar os problemas fundiários da Amazônia legal, e em setembro recusou-se a assinar um documento, a propósito do tricentenário da Arquidiocese de São Luís, contendo críticas à atitude do governo para com os posseiros de Santa Luzia, o maior e mais conturbado município da diocese de Viana. Os outros dez bispos do Maranhão subescreveram o manifesto, mas dom Adalberto não se deixou impressionar: "O documento foi apresentado depois do jantar, sem discussão alguma, e todo mundo foi logo assinando, sem ler direito e sem se aprofundar, mas, eu não. Aquilo não tinha nada a ver com o tricentenário." [...]*
> *Há um ponto, todavia, em que a divergência entre dom Adalberto e os outros bispos maranhenses é insuperável. Ele considera que a violência policial dentro de certos limites, é normal e acrescenta: "Até eu, se fosse policial e tivesse que prender alguém, bateria nele para quebra-lhe a resistência"*. ("Uma punição divide a Igreja maranhense" – *O Estado de São Paulo*, 27/11/1977: 43)

Assim, Pe. Eider Furtado seria excomungado e suspenso de ordens em 1981, quatorze padres e trinta e quatro freiras deixaram a Diocese de Viana e o governo de D. Adalberto Paulo da Silva se estenderia até 1994.

[10] De fato, em novembro de 1979, D. Adalberto foi distinguido com a medalha do "Pacificador" concedida pelo comandante do IVº Exército, e seu "padrinho" de ordenação episcopal, o Gen. Florimar Campelo.

4. Concluindo

O caso da diocese de Viana pode ser visto como o ponto de partida para uma nova interpretação e recepção do Concílio Vaticano II. Acabou por predominar uma certa ansiedade no meio oficial da Igreja, especialmente vindo da chamada "minoria conciliar" (derrotada durante o Concílio), mas que continuava operando fortemente contra o Vaticano II na Cúria Romana. E isto possibilitou a criação de um movimento de "restauração", assumindo posições "convencionais" típicas da Igreja pré-conciliar, conduzidas pelo pontificado de João Paulo II (1978-2005).

Bibliografia citada:

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir Comunicativo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2 vols., 2012.

LIBANIO, João Batista. **Igreja contemporânea**: encontro com a Modernidade. São Paulo: Loyola, 2000.

RODRIGUES, Sérgio Henrique da Costa. **Entre a Cruz e a Espada: relações diplomáticas entre a ditadura militar brasileira e o Vaticano (1964-1977)**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social (Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

UBIALLI, Carlos *et alli*. **O Evangelho segundo Viana**. Viana: 1977 (impresso).

Fontes citadas:

BIOGRAPHIE BELGE D'OUTRE-MER. Bruxelles: Académie Royale des Science D'Otre Mer, vol. VIII, 582 col., 1998.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (CDI) DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB), CDI-CNBB. **Atas da Assembleia Geral da Diocese de Viana**, doc. nº 10505, 1976.

O Estado de São Paulo, 27/11/1977.

Revista Veja, 19/10/1977 e 02/12/1981.